www.conteudojuridico.com.br

A ARTE E ECOLOGIA AMERÍNDIA NO CONTEXTO PEDAGÓGICO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: uma abordagem interdisciplinar nos campos da Alfabetização, Ética, Letramento e Pluralidade Cultural

Tamara Angélica Félix Lana[1]
Vagner Luciano de Andrade[2]

RESUMO[3]: O estereótipo de índio foi uma tendência cultural que permeou a imaginação do povo brasileiro, sendo sua desconstrução, algo recente no âmbito da democracia. Leis e protocolos legais se desdobraram a partir da Constituição Federal de 1988, sendo que algumas versam sobre a proposta educativa da temática cultural ameríndia visando readequações e mudanças. O presente trabalho apresenta a urgência das temáticas indígenas, a partir da possibilidade educativa no ensino básico fundamentando, registrando e socializando estratégias em campo numa escola pública urbana. Primeiramente, apresenta-se uma breve descrição contextual de onde se realiza a experiência cultural dos ameríndios no espaço/tempo, sendo indispensável à identificação de sua presença e contribuição nos diversos elementos que formaram o povo e a nação brasileira. Os procedimentos metodológicos vão além da simples coleta dos dados sobre os indígenas, segundo descrições teóricas pretéritas e/ou recentes. Relata-se a observação da experiência cultural ameríndia através de livros e documentários que enriqueceram a discussão com os alunos sobre os aspectos e componentes deste contexto historicamente anulado e descaracterizado e que se insere numa conjuntura atualizada de legitimidades e reafirmações. Os educadores envolvidos nesse projeto relataram as múltiplas experiências culturais vivenciadas no âmbito da alfabetização, da ética, do letramento e da pluralidade cultural, ampliando as possibilidades da tradicional prática profissional. Os docentes não se limitaram à luz das teorias desconexas ou descontextualizadas de conceitos/estereótipos que

---

[1] Pesquisadora de Paisagens Culturais Indígenas e Quilombolas, Professora da Escola Municipal Prefeito Amintas de Barros (Conjunto Estrela Dalva, Belo Horizonte - MG) e Pedagoga (FAFI-BH) com especializações nas áreas de Alfabetização e Letramento, Educação Inclusiva, Ensino de Artes, Novas Tecnologias Educativas e Psicopedagogia. E-mail: tamaralana16@yahoo.com.br

[2] Pesquisador de Paisagens Culturais Camponesas, Bacharel-licenciado em Geografia e Análise Ambiental (UNIBH), licenciado em História (UNICESUMAR) com espacializações nas áreas de Ecologia, Educação e Patrimônio. E-mail: botafogo321@yahoo.com.br

[3] Síntese do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Pedagógico de Minas Gerais para obtenção do titulo de especialista em Alfabetização e Letramento, com linha de pesquisa em Geografia das Paisagens Culturais. Orientador: Vagner Luciano de Andrade – Rede Ação Ambiental

fundamentaram muitos equívocos em relação aos povos indígenas brasileiros. As observações mais importantes e/ou relevantes sistematizadas pelos alunos são apresentadas, neste relato, enquanto síntese concluindo que é possível desenvolver um trabalho educativo sério, ético e de qualidade sobre esta questão, reformulando a prática docente na educação básica e promovendo novas percepções sobre este tema tão significativo.

PALAVRAS-CHAVE: Didatização, Indígenas, Cultura Ameríndia, Legislação, Paisagem Indígena.

1.INTRODUÇÃO

Quem transita pela área central de Belo Horizonte, antigo perímetro urbano em traçado ortogonal dos tempos de transferência da capital mineira de Ouro Preto para as antigas paisagens rurais do Curral Del Rey no final do século XIX percebe algumas ruas com nomes indígenas. Porém, poucos sabem que já existiu um Museu do Índio na cidade, localizado à Rua Piumhi, esquina com a Rua Minas Novas, no bairro Cruzeiro, fechado em tempos de Ditadura Militar. Comunidades indígenas do país inteiro denominam as ruas no sentido leste-oeste do Centro designando inclusive, estações de transferência de passageiros do BRT[4]: Carijós, Tamoios, Tupinambás. Os quatro quarteirões fechados da Praça Sete evidenciam as principais quatro nações ameríndias mineiras. Krenak, Maxakali, Pataxó e Xakriabá e outras que negligenciadas denunciam lembranças de tempos pretéritos, quando estas populações foram expropriadas de suas paisagens pretéritas e de suas tradições ancestrais. Eis que a Coroa Portuguesa implantaria gradativamente, ciclos econômicos na Terra de Vera Cruz, denominada posteriormente de Brasil. Extermínios, descaracterização e aculturação marcam a história de povos indígenas que foram negados de sua historicidade, de sua identidade, de sua memória, e subjugados como civilizações atrasadas e primitivas. Nas terras dos Cataguás, não seria diferente com a exploração aurífera que se empreendeu nas Minas Gerais. O mesmo aconteceria com os Goiases, na região da Serra Dourada, amedrontados pela cuia de

[4] BRT (Bus Rapid Transit) é um sistema de ônibus de alta capacidade que provê um serviço rápido, confiável e eficiente. Apesar de sua origem, o BRT tem pouco em comum com os sistemas tradicionais de ônibus. Com a utilização de corredores dedicados e outras características atrativas dos sistemas de transporte urbano sobre trilhos, o BRT atinge um desempenho equivalente com apenas uma fração do seu custo. Fonte: http://wricidades.org/BRT

aguardente[5] do bandeirante Anhanguera, tido como figura pioneira na conquista de Goiás. Mas o Brasil, e, portanto, Minas Gerais sabem muito pouco a respeito de sua essência e origem ameríndia. É necessário um resgate cultural, ecológico e antropológico, sobretudo educativo. Hoje, os maiores povos do estado se restringem a apenas treze aldeamentos dispersos (Quadro I) por diferentes recortes espaciais do território mineiro. Sobre a questão das ruas da cidade, o Site Belo Horizonte (2018, on line) alega que

> Belo Horizonte foi planejada para assumir o posto de nova capital de Minas Gerais. Eram 24 praças, 22 avenidas e 67 ruas, distribuídas em pouco menos de nove quilômetros quadrados. Essa era a área total da zona urbana de BH quando foi inaugurada, em 1897. Seu desenho era delimitado à Avenida do Contorno (na época, Avenida 17 de Dezembro). Dentro desse planejamento arrojado não podiam faltar homenagens cívicas. E hoje, no Dia do Índio, vamos lembrar aqui as diversas ruas de BH que receberam nomes em homenagem a tribos indígenas brasileiras. São elas: Caetés, Carijós, Goitacazes, Guaicurus, Guajajaras, Guaranis, Tamoios, Timbiras, Tupinambás e Tupis. Essas ruas se entrelaçam com as que receberam nomes de estados brasileiros e formam o hipercentro da cidade. Excetuando, as avenidas Amazonas e Paraná, você nunca encontrará uma esquina formada por duas ruas com nomes de estados ou de tribos indígenas[6], mas haverá, frequentemente, a confluência com essas duas categorias; ou seja, esquina de Rua São Paulo com Timbiras, Curitiba com Tamoios, Pernambuco com Aimorés.

Quadro I – relação dos Povos/Etnias/Nações/Tribos indígenas dispersos pelas Minas Gerais

Agrupamentos	**Localização no estado de Minas Gerais**	
Aranã	Açucena, Araçuaí e Coronel Murta	Jequitinhonha
Catu-Awá-Arachás	Araxá	Triângulo
Kaxixó	Martinho Campos e Pompéu	Central mineira
Kiriri	Caldas	Sul de Minas
Krenak	Resplendor	Rio Doce
Maxakali	Bertópolis, Ladainha, Santa Helena de Minas e Teófilo Otoni	Vale do Mucuri
Mucuriñ	Campanário	Rio Doce
Pankararu	Salinas	Norte de Minas
Pataxó	Carmésia	Metropolitana
Pataxó Hã-Hã-Hãe	Teófilo Otoni	Vale do Mucuri
Puris	Piau	Zona da Mata
Tuxá	Araponga	Zona da Mata
Xacriabá	São João das Missões	Norte de Minas
Xukuru-Kariri	Poços de Caldas	Sul de Minas

Fonte: http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/

[5] Anhanguera significa "Espírito Maligno" ou "Diabo Velho", e foi o apelido dado pelos indígenas a Bartolomeu Bueno, quando em uma das bandeiras (por isto bandeirantes, pois, demarcavam o lugar com bandeiras) ameaçou os índios que iria colocar fogo na água deles se não entregassem o ouro que tinham. Fonte: https://www.dicionarioinformal.com.br/anhanguera/

[6] A Rua dos Guaranis é a única que não corre na direção leste-oeste e sim norte-sul fazendo esquina com Rua dos Tupis, Rua dos Tamoios, Rua dos Carijós, Rua dos Tupinambás e Rua dos Caetés (Nota dos autores)

Do passado brasileiro restam populações tradicionalmente instaladas em aldeias ou trechos ribeirinhos, diferenciando-se entre caiçaras, caipiras, camponeses, geraizeiros, ameríndios, jangadeiros, seringueiros, sertanejos, dentre outros com suas paisagens culturais de simbologia e de referência. Há mais de quinhentos anos, quando a Terra Brasilis foi invadida, alguns povos indígenas moravam em lugares diferentes com tecnologias diferenciadas e uma nítida relação ecológica harmônica. Moradias (ocas) feitas à palha, madeira e barro, com cada família tendo sua casa, inserida num contexto de coletividade (ocaras). Tudo era retirado da natureza em harmonia e sustentabilidade delineando empreendedorismo, antes que este conceito se consolidasse nos tempos recentes. Todavia, num mundo girando em torno da globalização, os ameríndios (assim como qualquer outra pessoa) estão democraticamente predispostos a aderir a avanços tecnológicos se julgá-los necessários para a facilitação de suas vidas. Um dos destaques é a formação de profissionais índios como advogados, arquitetos, engenheiros, gestores, médicos e professores. O destaque, portanto, fica com a licenciatura intercultural indígena que se insere nas políticas de formação docente da Faculdade de Educação da UFMG, com linhas de pesquisa pedagógica em Paisagens Culturais Camponesas, Paisagens Culturais Indígenas e Paisagens Culturais Quilombolas. Sobre Cultura, Rocha (2010, p. 07) observa que:

> Na passagem do mundo exterior das coisas materiais – o *mundo da natureza* – para a *realidade significada* que e o *mundo da cultura*, abre-se o espaço, no qual vão se inscrever as normas, os ideais e o tesouro de inúmeras formas simbólicas, tais como: o saber, a arte, a religião, a ciência, a técnica, formas simbólicas estas que tornam o mundo-morada do homem um *mundo habitável*. Resumindo, o homem e o único animal que cria seu mundo-morada como um universo simbólico de normas e de ideais, e isto e justamente o que eu entendo por cultura.

A limitação em perceber e aceitar diferentes formas culturais cria distorções que precisam ser desconstruídas. Se perguntarem a alguém como ele imagina um indígena e certamente ele conceberá um ser desnudo com adereços tendo ao fundo uma paisagem pitoresca com casas feitas de barro, cobertas com palhas de buriti ou outras palmeiras nativas. Esta é a constatação de um estereótipo historicamente construído e alicerçado na sociedade que não evidencia e nem potencializa a verdadeira paisagem cultural dos índios brasileiros. Em pleno século XXI, absurdamente há quem acredite que para autenticamente ser índio tem que se morar em aldeias primitivas com famílias residentes apenas neste tipo coletivo de habitação, como se ele fosse inabitável, insalubre e

inviável. A desconstrução de estereótipos e a legitimização de paisagens culturais dos ameríndios encontra-se expressa na Constituição Federal (1988, on line):

> CAPÍTULO VIII - DOS ÍNDIOS
>
> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
>
> § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
>
> § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
>
> § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
>
> § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
>
> § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
>
> § 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.
>
> § 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.
>
> Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

A sociedade brasileira, num contexto de industrialização e urbanização mudou bastante as tipologias de moradias, incluindo prédios, residências menores em lotes com metragens definidas. Os povos indígenas também vivem em casas de tijolos, cobertas com telhas em apartamentos próprios ou alugados em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. A maior metrópole da América do Sul, por sua vez, apresenta até um Aldeamento Guarani em plena área urbana. Trata-se da aldeia Tenondê Porã**,** em Parelheiros (Figura 01), apenas 70 quilômetros da Praça da Sé, ao sul da capital paulista onde vivem cerca de 1.200 guaranis. A história de São Paulo surge a partir do aldeamento e catequização jesuítica, na região do Planalto do Piratininga, onde hoje fica

o Pateo do Collegio[7]. E nessa região, ainda se encontram resquícios arqueológicos das populações ancestrais que fizeram suas casas em territórios próximos às beiradas de rios, como o Anhangabaú, o Pinheiros, o Tamanduateí e o Tietê. O Pico Jaraguá e ecossistemas naturais adjacentes localizados no noroeste da cidade é uma importante referência cultural simbólica dos indígenas locais e se destaca na paisagem da urbe, estando protegido por um parque estadual.

Figura 01 – Aldeia indígena guarani na cidade de São Paulo

Fonte: https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/07/16/aldeia-tenonde-pora-recebe-etapa-local-da-conferencia-nacional-de-politica-indigenista/

Uma das grandes riquezas conhecidas nas comunidades indígenas é o artesanato que demonstra relações éticas e práticas simbólicas com a ecologia e a paisagem local materializando conhecimentos[8]. Os materiais mais utilizados nas aldeias para fabricação dos artesanatos são barro, madeira, ossos, palhas, penas, sementes, entre outros recursos naturais. Assim os índios escolhem os materiais mais adequados para a fabricação

[7] O complexo histórico-cultural-religioso Pateo do Collegio pertence à Companhia de Jesus, ordem religiosa dos jesuítas. Em meio aos arranha-céus do centro da capital paulista, o Pateo do Collegio, berço dessa que se tornou uma das maiores metrópoles do mundo, foi o local onde São Paulo nasceu. Em 1554, o Padre Anchieta, após expedição que partiu do litoral, resolveu construir uma dependência para servir de alojamento e colégio para catequização dos índios, fundando assim a cidade de São Paulo. Funciona no local o Museu de Anchieta. Fonte: http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/pontos-turisticos/pateo-do-colegio/

[8]Para saber mais acesse o site https://educezimbra.wordpress.com/category/conhecimentos-indigenas/

conforme encontrados no meio ambiente que os cerca, gerindo-os sustentavelmente. O Museu do Índio (2018, on line) legitima que:

> Ao pensarmos as relações dos índios com a natureza, devemos estar atentos, antes de mais nada, ao fato de a natureza não se apresentar de forma homogênea e, sim, de ser composta por uma variedade muito diversificada de ecossistemas. Por ecossistemas, entendemos o conjunto de fatores físicos, ecológicos e bióticos, que caracterizam um determinado lugar e que se estendem por um espaço de dimensões variadas, constituindo-se numa totalidade sistêmica, integrada por fatores abióticos, como as substâncias minerais, os gases e os elementos climáticos isolados, e por organismos vivos, como plantas, fungos, animais, etc. Nesse sentido, ao contemplarmos as cerca de 560 terras indígenas existentes no Brasil, devemos considerar que cada uma dessas terras está situada em sistemas ecológicos característicos. Assim, podemos dizer que o meio ambiente e seus variados ecossistemas devem ser reconhecidos como um fator gerador do processo cultural das sociedades indígenas, na medida em que os índios e suas organizações sociais tiveram que desenvolver estratégias de adaptação a cada um desses ecossistemas de forma a obter os meios necessários a sua sobrevivência.

Sua arte, enquanto identidade e memória é passada oralmente dos mais velhos para os mais jovens perpetuando cosmologias, tradições e percepções, ricas em significados. Existem anéis, brincos, cerâmicas, cocares, colares, pulseiras, saias e instrumentos artesanais de caça, dança, música, pesca, plantio e rituais. As comunidades tradicionalmente utilizavam o arco, a flecha e a borduna, que se tornaram ícones simbólicos da cultura dos ameríndios. Porém é preciso avançar para desconstruir as imagens historicamente alicerçadas na sociedade brasileira, que ainda são restritivas e distorcidas.

ARTE, ECOLOGIA E PAISAGEM INDÍGENA: uma breve problematização

Quando-se pensa no índio, vem à lembrança aquele estereótipo de homem semi-nu com plumas e adereços. Essa visão limitada e limitante, por sua vez, cria uma imagem do indígena apenas vinculado ao artesanato produzido e comercializado (figura 02) sem contextualizações no tempo e no espaço. Fruto da visão de mundo e da percepção estética, o artesanato indígena retrata jeitos de ser/estar no mundo materializando a diversidade de fazeres e saberes ancestralmente ameríndios. Mas seria o artesanato, o único legado das populações ameríndias? O índio brasileiro é produtor/consumidor de arte e cultura. Existe uma paisagem cultural indigena? Para se ampliar os horizontes da arte e da cultura destes povos faz-se necessário problematizar, mesmo que brevemente, o que é arte e o que é cultura?

Figura 02 – Mostra de artesanado ameríndios em exposição

Fonte: https://www.resumoescolar.com.br/historia-do-brasil/artesanato-indigena-no-brasil/

A palavra ‘arte’ gramaticamente significa e expressa muitas coisas no mundo ocidental. Quando criança, certamente alguém que fez uma travessura, lembrará de um adulto acusando-o, julgando-o de ter feito uma “arte”. Esta é uma das mais insignificantes, porém bastante comum no imaginário social e no senso comum da população. Segundo Feist (2003), a arte e a travessura requerem imaginação, criatividade e despertam diversificados sentimentos. A arte exprime habilidades para alcançar um objetivo, sendo ação criadora e transformadora, portanto talento transformado em profissão. Num sentido, mais amplo e, consequentemente mais complexo, esteticamente, a arte é a ação humana voltada para o belo, para a fruição, para o prazer e para a realização pessoal e coletiva. Este conceito de “Belo”, porém não é atualizado, e atualmente, segundo as abordagens modernas e contemporâneas, ele é limitado e equivocado. Este equívoco referenda uma ideia de arte como algo feito para decorar e suavizar. A arte, porém, não tem este compromisso ou finalidade. Ela pode ser grotesca, rude, escatológica, sem sentido, inquietante, repugnante, etc. E continuará sendo arte, pois representa a capacidade criadora do artista de expressar ou transmitir sensações ou sentimentos tipicos de sua época, de sua sociedade, de sua historicidade.

Como aponta Tolstói (1994[9] apud FREITAS, 2005), a arte é contágio, emoção e, múltiplos sentimentos, muitos fenomenologicamente indecodificáveis. Entretanto, a arte não é um simples contágio, sendo prática subjetiva intencional, com um objetivo e um fim propriamente ditos, por isso, transmite visão de mundo e experiência de vida, além de despertar percepções e perscpectivas. A arte esteve presente em todas as formações culturais (Figura 03), desde os tempos mais remotos, da pré-história ao medievo, passando pela antiguidade, e dos tempos modernos até os dias contemporâneos da atualidade. Entretanto, a arte na escola é um movimento recente da humanidade e coincide com o período de grandes modificações sociais e educacionais que permeiam o século XX, no campo e nas cidades. Para compreender os questionamentos atuais acerca dos modos tradicionais de aprendizagem, os saberes e fazeres e como isso se formatou para o processo de ensinar arte, é indispensável entender concepções, mentalidades, práticas e projetos sociais em uma perspectiva histórica com alternâncias, permanências e rupturas.

Figura 03 – arte rupestre em caverna

Fonte: http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI344484-17770,00-AS+PRIMEIRAS+ARTISTAS+PINTURAS+RUPESTRES+FORAM+FEITAS+POR+MULHERES.html

Conceituar arte é apreciar a abrangência e grandiosidade cultural de seu significado extremamente subjetivo e diverso. Conforme as necessidades de cada civilização, vários artistas, críticos e pensadores de artes buscam uma definição única e universal, porém

[9] TOLSTÓI, L. **O que é a arte?** Tradução de Yolanda Steidl de Toledo e Yun Jung Im. São Paulo: Experimento, 1994.

impossível. Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2018, on line), a palavra arte supõe a criação de sensações ou de estados de espírito, de caráter estético, impregnados de vivência pessoal e profunda, podendo suscitar vontades inúmeras. A arte amplia e renova a vida no âmbito da coletividade, sendo um reinvenção humana que faz e se desfaz, cotidianamente. Bueno (1986) alega que arte é o conjunto de regras e processos para a perfeita execução de qualquer coisa. Artifício, astúcia; feitiçaria; habilidade; indústria; magia; ofício, profissão; travessura; [...] complexo de preceitos para a produção de um determinado efeito estético. Neste contexto, os ameríndios, enquanto protagonistas de sua cosmologia, de sua memória, de sua identidade, de sua paisagem, de sua ancestralidade, de sua percepção são, portanto, sujeitos produtores e consumidores de arte, rompendo com equívocos que os associam ao artesanato e a uma vida melancólica, sem sentido, sem pensamento, sem ação, sem produção cultural. Que estereótipos se desfaçam no entendimento pleno do indio, de sua ecologia, de sua história e de sua paisagem de referência, ampliando novas percepções.

O presente trabalho apresenta a questão ameríndia, enquanto uma problematização e/ou contextualização ainda pequena e restrita no âmbito da educação básica apesar de preceitos e prerrogativas legais existirem desde 1988 na Constituição e em 1996 na LDBEN[10] – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As questões étnico-raciais valorizam a interculturalidade e a pluralidade cultural brasileira posicionando-se contra qualquer postura antiética ou discriminação baseada nas diferenças culturais, de classe social, de crenças, da orientação sexual, da condição física, da capacidade cognitiva, para agir com perseverança na busca de conhecimento e exercício da cidadania. Entender passado e presente, a partir da história de brancos, negros e índios é indispensável para se questionar a realidade, reformulando os problemas e possibilitando soluções para mudar a ordem vigente.

Esta contestação parte de uma experiência concreta, vivida numa escola pública da capital mineira, onde projetos foram empreendidos buscando níveis avançados desta questão tão atual e relevante para a cultura e sociedade brasileira. A partir da

[10] A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Na história do Brasil, essa é a segunda vez que a educação conta com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta todos os seus níveis. A primeira LDB foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61). Fonte: https://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/

didatização e transposição das principais teorias fundamentadoras da temática disponíveis em diferentes e enriquecedoras referências bibliográficas buscou-se aplicá-la no contexto educativo. A pertinência, urgência e, sobretudo, a negligência histórica para com o tema proposto foi eixo norteador de todos os objetivos do trabalho educacional em diferentes contextos, esferas e faixas etárias. Neste contexto interdisciplinar, a ética e a igualdade entre alunos e professores, ambientaram um projeto mútuo, de colaboração técnica, de interrelação pessoal e de inserção social. Numa perspectiva de conduta ética, o Instituto Pedagógico de Minas Gerais (2010, p. 06) destaca que:

> Ética é a investigação geral sobre aquilo que é bom. Ética significa modo de ser, caráter, comportamento. É o ramo da filosofia que busca estudar e indicar o melhor modo de viver no cotidiano e na sociedade. Diferencia-se da moral, pois enquanto esta se fundamenta na obediência a normas, tabus, costumes ou mandamentos culturais, hierárquicos ou religiosos recebidos, a ética, ao contrário, busca fundamentar o bom modo de viver pelo pensamento humano.

O trabalho didático com esta questão é um desdobramento de alguns artigos da LDBEN e se fundamentam nos PCNs[11], em especial o de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental numa perspectiva de intertextualidades. Enquanto premissa irrevogável, a temática ameríndia é agente transformador de meios de produção da expressão e comunicação das ideias num contexto ético de pluralidade e coletividade. Diversas abordagens e conteúdos como Ciências, Geografia e História, das diferentes linguagens (corporal, gráfica, matemática, plástica e verbal) se entrelaçam numa construção enriquecedora. Compete ao educador, o resgate da historicidade do mundo, com suas múltiplas diversidades, permanências e rupturas. Aos alunos, o entendimento do passado/presente, enfatizará a percepção das múltiplas contribuições ameríndias, no sentido de se utilizar as referências desta cultura ímpar, unificando-os ao contexto nacional efetivamente, sem imposições de adequação ou adaptação à cultura branca europeia. O Instituto Pedagógico de Minas Gerais (2010, p. 06), evidencia que:

> Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazer a ética para o espaço escolar significa enfrentar o desafio de instalar, no processo de ensino e aprendizagem que se realiza em cada uma das áreas de conhecimento, uma

[11] Os Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN — são referências para os Ensinos Fundamental e Médio de todo o país. O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõe-se que serão adaptados às peculiaridades locais. A própria comunidade escolar de todo o país já está ciente de que os PCN não são uma coleção de regras que pretendem ditar o que os professores devem ou não fazer. São, isso sim, uma referência para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino. Fonte: http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_vi.asp

> constante atitude crítica, de reconhecimento dos limites e possibilidades dos sujeitos e das circunstâncias, de problematização das ações e relações e dos valores e regras que os norteiam.
> Configura-se, assim, a proposta de realização de uma educação moral que proporcione às crianças e adolescentes condições para o desenvolvimento de sua autonomia, entendida como capacidade de posicionar-se diante da realidade, fazendo escolhas, estabelecendo critérios, participando da gestão de ações coletivas. O desenvolvimento da autonomia é um objetivo de todas as áreas e temas transversais e, para alcançá-lo, é preciso que elas se articulem. A mediação representada pela Ética estimula e favorece essa articulação (BRASIL, 1998, p. 61[12]).

Na atualidade, ao se utilizar apenas meios tecnológicos para aquisição de conhecimento desconsidera-se importantes recursos pretéritos diferenciados como os textos impressos. Os PCNs versam sobre aplicação da intertextualidade a partir dos conteúdos de Língua Portuguesa para que construam ações reais de apropriação da cultura escrita e falada promovendo o incentivo contínuo à intervenção do aluno em sua realidade, enquanto sujeito com voz ativa. Ler, escrever, dialogar, interpretar são elementos de suma importância para apreensão e apropriação do mundo cultural. A começar pelo âmbito da própria família, passando pela escola e pelos demais espaços coletivos, a prática da língua escrita e falada é muito mais que uma prática de leitura/releitura e ressignificação do mundo real. Trata-se de sua apropriação e vivência imediata, na qual muitos apresentam dificuldades que precisam ser equacionadas no sentido de promoção da igualdade e da inclusão. A linguagem é muito além de atividade discursiva, estendendo-se enquanto textualidade e intertextualidade, e neste contexto, a diversidade textual brasileira apresenta vários termos portugueses, indígenas e africanos evidenciando uma inegável participação social desses diferentes atores na história do país. Decodificar práticas de Letramento, de apropriação da língua, da linguagem e, sobretudo da diversidade cultural, é um elemento diferenciado e motivador na prática educativa contemporânea.

Para reforçar, eventuais lacunas no processo de Alfabetização e Letramento, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além das novas tecnologias é importante a apropriação dos livros, das publicações impressas que muitas vezes ficam obsoletas e sem uso na biblioteca escolar. A biblioteca escolar é um espaço interdisciplinar e enriquecedor de acesso a diferentes textualidades permeando a transversalidade, nos quais os alunos acessam diferentes biografias, linguagens, livros didáticos/não didáticos e relatos.

---

[12] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: Terceiro e quarto ciclos; Apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Assim, mais trilhas se fazem possíveis no âmbito da educação básica delineando projetos interdisciplinares enriquecedores. Neste contexto, em atendimento à legislação em vigor, a biblioteca da Escola Municipal Prefeito Aminthas de Barros[13] teve respaldo técnico para a discussão textual sobre a especificidade ameríndia e a linguagem indígena, no sentido de compreensão e apropriação dos ricos códigos culturais. Os livros que foram utilizados como suportes didáticos da intervenção aqui descrita foram (LANA, 2018, p. 08):

1. Caçadores de aventuras – Daniel Mundurucu - Coleção Crônicas Indígenas
2. Histórias encantadas ameríndias – Ingrid Bieseneyer Bellinghausen
3. História de Índio – Daniel Mundurucu – Ilustração: Laura Beatriz – Editora Companhia das Letrinhas
4. Outras tantas histórias indígenas de Origem das Coisas e do Universo – Daniel Mundurucu
5. Um estranho sonho de futuro. Casas de Índio – Daniel Mundurucu

O INDÍGENA, ONTEM E HOJE: discussão e experiência de uma escola pública urbana

O que é ser índio no Brasil? Quais os maiores desafios dos ameríndios hoje no país? A partir dessas indagações utilizou-se a Biografia[14] do Índio Daniel Mundurucu [15] (Figura 04) junto a alunos da respectiva instituição escolar. O objetivo era despertar nas crianças e pré-adolescentes, o interesse sobre a vida, a ecologia e a paisagem dos índios. O escritor, Daniel Mundurucu sempre mostrava vontade de ampliar seus conhecimentos e quando criança gostava de ouvir as histórias de seus antepassados. Até quando, numa boa oportunidade, ele foi estudar e buscar novos caminhos, sem abandonar suas origens. Com isso, depois de se preparar, ele visitou várias partes do mundo, levando as crianças a conhecerem o cotidiano indígena e sua riqueza, desafios e complexidade. O descaso e

[13] A Escola Municipal Prefeito Aminthas de Barros localiza-se na cidade de Belo Horizonte no Conjunto Estrela Dalva, no bairro Havaí, região Oeste do Município.

[14] Narração oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem. Fonte: https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/biografias/13681/

[15] Daniel Munduruku (Belém, 28 de fevereiro de 1964) é um escritor e professor brasileiro. Pertence à etnia indígena mundurucu. É graduado em filosofia, história e psicologia. Tem mestrado em antropologia social pela Universidade de São Paulo. É doutor em educação pela Universidade de São Paulo. É Diretor-Presidente do Instituto Uk´a - Casa dos Saberes Ancestrais. Como escritor, se destaca na área da literatura infantil. É membro da Academia de Letras de Lorena. Recebeu a Comenda do mérito cultural por duas vezes. Já recebeu vários prêmios no Brasil e no exterior: Jabuti, da Academia Brasileira de Letras, Érico Vanucci Mendes (CNPq), Tolerância (UNESCO).

negligência para com ameríndios se perpetuam na realidade do país, com muitos casos de apropriação e grilagem de terras indígenas, demora nos processos de demarcação das mesmas, assassinatos e chacinas. Uma história que não pode passar despercebida é a do Índio Galdino Pataxó[16], segundo registro da Folha de São Paulo (1997, on line):

> O índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, 45, teve 95% do corpo queimado depois de ter sido incendiado anteontem em Brasília. Um grupo de cinco estudantes jogou sobre ele uma substância líquida, provavelmente álcool. Os jovens teriam, então, ateado fogo. Segundo os médicos, Santos não tem chance de sobreviver. Os estudantes confessaram a seu advogado ter jogado ``algo" sobre Santos, mas negam que tenham ateado fogo na sequência. O crime aconteceu em um ponto de ônibus, quando Santos dormia em um banco, depois de uma comemoração do Dia do Índio, na sede da Funai. Os cinco teriam ateado fogo em Santos ``por divertimento", segundo o delegado Valmir Alves de Carvalho, da 1ª DP (Delegacia de Polícia). Eles foram presos e teriam confessado o crime.`` É um quadro clínico sem possibilidade de retorno", disse a médica Maria Célia Martins Bispo, do Hospital Regional da Asa Norte, onde Santos foi socorrido. Até às 19h de ontem, Santos sobrevivia. Ele chegou ao hospital consciente, mas foi sedado porque sentia dores intensas. De manhã, teve insuficiência renal e respiratória. Santos teve 85% do corpo atingido por queimaduras de terceiro grau e outros 10%, por queimaduras de segundo grau.
> Ele foi socorrido por seis pessoas, entre elas o advogado Evandro Castelo Branco Pertence, 27, filho do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Sepúlveda Pertence. ``Eu vi chama enorme e um vulto, em pé, no centro dela. Imaginei que fosse um boneco, mas ele mexia os braços", disse o comerciante José Maria Gomes, 35. Outra testemunha, o estudante Nairo Euclides Santos Magalhães, 19, anotou a placa do carro, um Monza preto placa JDQ-5807. O registro da placa permitiu que a polícia localizasse um dos acusados -Max Rogério Alves, 19-, que dirigia o carro da mãe, Maria da Conceição Alves. A delegada Rosângela Celle Silveira, da 1ª DP, disse que Max Rogério Alves confessou o crime e entregou os outros. Segundo ela, todos confessaram. Um deles é Antônio Novely Cardoso da Vilanova, 19, filho do juiz da 7ª Vara Federal do Distrito Federal, Novely Vilanova da Silva Reis, conhecido por decisões recentes. Em janeiro, ele intimou o Incra a esclarecer atrasos no pagamento de indenizações de terras. Em novembro de 96, emitiu liminar impedindo que informações confidenciais da Vale do Rio Doce fossem abertas para interessados na compra da estatal.
> Os outros acusados são Tomás Oliveira de Almeida, 18, G.N.A., 16, e Eron Chaves de Oliveira, 19. ``Não tínhamos intenção de matar", disse Almeida. Segundo o delegado Valmir Alves de Carvalho, os cinco disseram ter jogado álcool em Santos. Carvalho acredita em premeditação. A polícia apreendeu vasilhames de álcool e recolheu resíduos da pele de Santos. Foi feito exame toxicológico, para verificar a ingestão de álcool e drogas.

Figura 04 - Escritor e Professor Indígena Daniel Munduruku

[16] A Escola Municipal Prefeito Aminthas de Barros tem buscado trabalhar a biografia de índios como o Pataxó Galdino Jesus dos Santos. Ações legais para se dar seu nome ao Parque Ecológico Estrela Dalva, ao lado do prédio escolar tem sido empreendidas.

Fonte: https://jornal.usp.br/radio-usp/radioagencia-usp/escritor-indigena-e-destaque-no-ambiente-e-o-meio/

Ética e Pluralidade Cultural são elementos formadores que não podem faltar na prática docente diária. Assim, as/os Educadoras/educadores que atuam na Escola Municipal Prefeito Aminthas de Barros, num programa denominado “Escola Integrada” abordaram a temática indígena em suas ações pedagógicas pontuais. Monitoras/monitores das oficinas relataram experiências significativas de aulas elaboradas para os alunos. Em uma roda de conversa, iniciou-se a leitura coletiva sobre o tema: “conhecer e valorizar os hábitos e costumes ameríndios”. Os pré-adolescentes ficaram curiosos em conhecer códigos sociais, saberes e sabores, práticas de subsistência, rituais e festividades, e demais elementos culturais oriundos das etnias indígenas.

Com o relato da história do índio Daniel e após a leitura sobre o mesmo, os alunos ilustraram e recontaram a narrativa de diferentes formas e formatos. Eles se emocionaram em conhecer os costumes e paisagens indígenas e passaram a valorizar os hábitos deles, desconstruindo os históricos estereótipos. Se arte é emocionar, os relatos e ilustração da cultura dos índios conseguiram um grande feito. Afinal, não existe uma única forma de comer, falar, sentir e viver, e grande parte dos hábitos de hoje são herança da cultura ameríndia, a qual é parte importante das raízes brasileiras. Pode-se

citar o banho diário, uma vez que esse costume inexistia na Europa dada às intempéries do clima frio. O mais comovente nas aulas, segundo relatos e registros das professoras e professores, foi o manifesto de três crianças que elaboraram suas histórias pessoais ao verem na história do Índio Daniel, um exemplo de vida e o desejo de conhecê-lo um dia.

Outro tema desenvolvido foi um trabalho de pesquisa sobre os indígenas, cujo público alvo foram os alunos do ensino fundamental. Neste caso, o objetivo era levar os estudantes a compreenderem a atualidade do tema e como as comunidades ameríndias são dinâmicas e atuais e como suas dificuldades somam-se aos demais problemas brasileiros. Como motivação tematizada "Indígenas hoje no Brasil", foram projetados vídeos com depoimentos de índios atuais e um texto com extratos de depoimentos de ameríndios brasileiros e uma breve história da chegada dos portugueses no Brasil no século XVI. Propositalmente, o tema não foi abordado na ocasião do dia 19 de abril, para que não se caracterizasse enquanto um trabalho típico relativo ao "Dia do Índio"[17]. Isto foi devidamente explicado e contextualizado junto aos alunos.

O tema foi abordado dentro do conteúdo de História, no contexto do mercantilismo europeu, da formação dos estados nacionais e da expansão marítima europeia. Após a leitura do texto e da projeção do vídeo, foi realizada uma roda de conversa e uma atividade escrita no caderno, onde a contribuição indígena foi contextualizada e valorizada e os alunos perceberam como não se trata de algo já estagnado do passado, mas como acontece atualmente. Como os ameríndios constituintes do povo brasileiro lutam por seu reconhecimento e direitos básicos à educação, saúde, segurança e bem-estar. A realidade indígena nos dias atuais é ativa e bem diferente do passado. Toda cultura é dinâmica, está sempre em constante movimento, mudando e se adaptando dentre os séculos. Como atividade final empreendeu-se a produção textual onde os alunos expuseram suas percepções sobre a temática.

A QUESTÃO INDÍGENA EM BELO HORIZONTE: novas possibilidades a serem exploradas

[17] Data comemorativa criada em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, através do decreto lei número 5.540. Foi escolhido o 19 de abril, porque em 1940 foi realizado no México, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. Fonte: https://www.suapesquisa.com/datascomemorativas/dia_do_indio.htm

Se for analisada a planta original da Cidade de Minas, construída entre 17/12/1894 e 12/12/1897 com projeto de Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936), notam-se que as ruas que vão de leste a oeste receberam nomes de nações e etnias indígenas e as de norte ao sul recebem nomes de estados ou capitais. Com esse elemento dá para se problematizar a sobreposição dos ideais colonizadores portugueses sobre as territorialidades ancestrais ameríndias: as antigas províncias que deram origem aos atuais estados se sobrepuseram sobre aterras e paisagens ameríndias. Hoje, as terras indígenas encontram-se fragmentadas no país com concentração maior na região norte do país (Figura 05). A cidade contempla muito pouco acerca das questões dos índios em sua realidade e cotidiano sendo necessários readequações e ajustes. Além das ruas indígenas e dos quarteirões fechados da Praça Sete, há poucos bairros com nomes ameríndios na capital e entorno metropolitano, com predominância de termos relacionados à cultura branca europeia. Como exemplo indígena citam-se as seguintes toponímias indígenas: Buriti, Caiapós, Caparaó, Carajás, Cariocas, Cauê, Corumbiara, Cotia, Guarani, Guarujá, Humaitá, Ibirité, Igarapé, Indaiá, Ingá, Ipê, Itacolomy, Itamarati, Itapoá, Itatiaia, Itatiaiuçu, Itaú, Jaçanã, Jaraguá, Jatobá, Macaúbas, Manacás, Mangabeiras, Maracanã, Marajó, Maringá, Paraopeba, Perobas, Pindorama, Piratininga e Tupi (Quadro II).

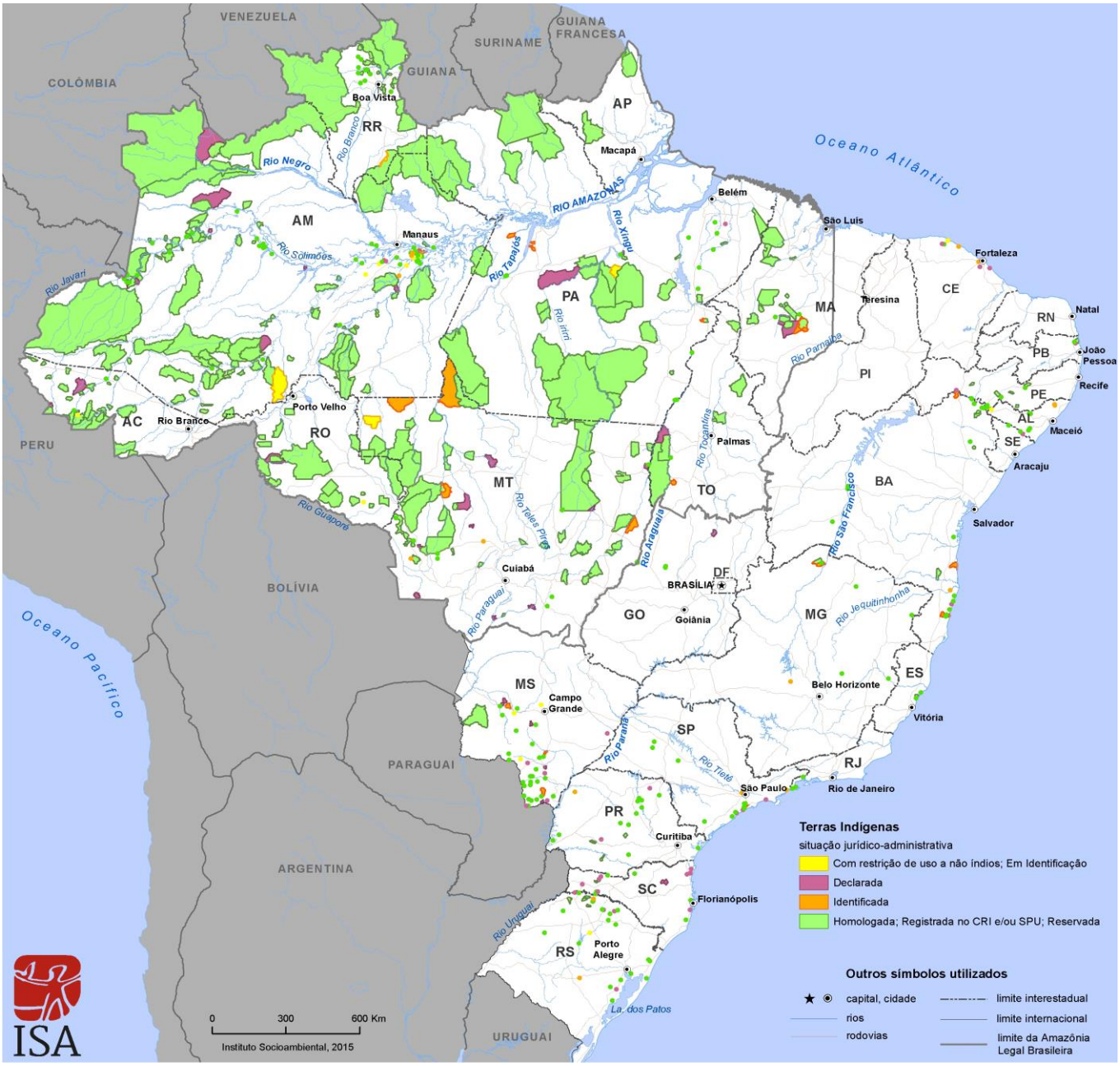
Quadro II – relação das toponímias indígenas de BH e região metropolitana

Toponímia	**Região ou município**	**Significados**
Andiroba	Esmeraldas	óleo amargo
Angicos	Vespasiano	árvore-para-a-doença-da-alma
Braúnas	Belo Horizonte	Madeira preta
Buriti	Belo Horizonte	árvore da vida.
Caiapós	Contagem	homens do buraco (ou poço) d'água
Caiçara	Belo Horizonte	Aquele que nasceu no litoral. Nascido perto da praia
Caparaó	Belo Horizonte	águas que rolam das pedras
Carajás	Contagem	nome de nação/tribo indígena
Cariocas	Nova Lima	casa de branco
Cauê	Pedro Leopoldo	ka'wi, bebida fermentada que os indígenas brasileiros
Corumbiara	Belo Horizonte	nome de nação/tribo indígena
Cotia	Contagem	indivíduo que se assenta para comer
Guarani	Belo Horizonte	Língua falada pelos indígenas do sul brasileiro e paraguaio
Guarujá	Betim	viveiro de guarus, um peixe de água doce
Humaitá	Belo Horizonte	pedra preta
Ibirité	Ibirité	terra firme, chão duro, solo seco
Igarapé	Igarapé	riacho que nasce na mata e deságua em rio
Imbiruçu	Betim	árvore **de** muita estopa
Indaiá	Belo Horizonte	fruto em fios (palmeira)
Ingá	Betim	empapado
Ipanema	Belo Horizonte	"lago fedorento", "**rio** imprestável" ou "água imprópria para nadar e para pesca

Ipê	Belo Horizonte	árvore cascuda
Ipiranga	Belo Horizonte	água ou rio vermelho
Itacolomy	Belo Horizonte	pedra menino
Itaipu	Belo Horizonte	Estrondo de água na pedra
Itamarati	Belo Horizonte	pedra cor de rosa.
Itapoá	Belo Horizonte	pedra que ronca
Itatiaia	Belo Horizonte	pedra úmida
Itatiaiuçu	Itatiaiuçu	grande pedra pontuda
Itaú	São José da Lapa	pedra preta
Jaçanã	Ibirité	o que grita alto
Jaraguá	Belo Horizonte	de ponta proeminente
Jatobá	Belo Horizonte	fruto de casca dura
Joá	Lagoa Santa	*a fruta de espinho*
Macaúbas	Santa Luzia	fruta do sertão
Maceió	Esmeraldas	o que tapa o alagadiço
Manacás	Belo Horizonte	flor nas cores branco e azul.
Mangabeiras	Belo Horizonte	coisa boa de comer
Mantiqueira	Belo Horizonte	Montanha que chora ou serra que chor
Maracanã	Contagem	pequeno papagaio
Marajó	Belo Horizonte	anteparo do mar, tapamar
Paquetá	Belo Horizonte	muitas pacas
Paraibuna	Belo Horizonte	rio escuro e que não serve para navegar
Paraopeba	Brumadinho	rio de águas claras
Perobas	Contagem	a casca amarga
Pindorama	Belo Horizonte	terra das palmeiras
Pirajá	Belo Horizonte	¨o viveiro de peixes¨(pesqueiro
Piraquara	Contagem	a cova do peixe
Piratininga	Belo Horizonte	peixe seco ou peixe a seca
Tupi	Belo Horizonte	língua falada pelas tribos de povos tupi-guarani

Fonte: https://www.museudoindio.org.br/dicionario-indigena/
https://www.significado.origem.nom.br/nomes_indigenas/
https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario

Figura 05 – Territórios indígenas distribuídos pelo Brasil na atualidade



Fonte: http://pontoeletronico.me/2017/indio-desmistificado/
nações ameríndias

A contribuição de nações e etnias ameríndias para a formação e consolidação do espaço mineiro é algo em ascensão, sobre o qual se debruçam inúmeros pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Destaca-se importante trabalho de mestrado empreendido por Ludimila de Miranda Rodrigues[18], no ano de 2013, no âmbito da espacialização em Geografia, na área de concentração em Organização do Espaço do IGC-UFMG com dissertação defendida sobre o Povo Krenak, um dos treze inseridos

[18] RODRIGUES, Ludimila de Miranda. **Paisagens culturais alternativas no Brasil contemporâneo e vivencia espacial da comunidade indígena Krenak do Sudeste (Vale do Rio Doce/MG).** 307f Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

nas Minas Gerais dos tempos atuais (Figura 06). Poucos sabem, mas Belo Horizonte já teve um Museu do Índio cujo acervo encontrava-se na esquina das Ruas Piumhi e Minas Novas no Alto do Cruzeiro, próximo à Praça Milton Campos e da Avenida do Contorno, antiga Dezessete de Dezembro. O museu foi uma iniciativa da Sociedade Mineira de Antropologia e funcionou até meados da década de 1970 quando foi fechado e seu acervo destruído. Uma perda considerável para a cidade e para o estado, sendo necessário repensar seu resgate imediato. Uma mobilização junto aos movimentos culturais e atores sociais poderão discutir as premissas de seu retorno, definindo coletivamente e democraticamente sua localização, seu novo acervo, seus protocolos e demais técnicas necessárias à retomada deste espaço tão ímpar. Atualmente são vinte e duas comunidades no estado:

> A população indígena de Minas Gerais é de cerca de 31.500 indivíduos, dos quais menos de 10 mil residem em terras indígenas, segundo dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (... em: 28 nov. 2012). Esses indígenas pertencem a 12 etnias (maxakali, xakriabá, krenak, aranã, mukuriñ, pataxó, pataxó hã-hã-hãe, catu-awá-arachás, caxixó, puris, xukuru-kariri e pankararu) e encontram-se em 17 territórios do Estado (... em: 28 nov. 2012). Diversas e complexas são as questões envolvendo esses povos, mas a maioria de suas demandas recai na defesa de seus direitos, a começar pela terra, e na manutenção e valorização de sua cultura, inclusive por meio da implementação da educação escolar indígena[19].

Figura 06 – Distribuição de ameríndios em território mineiro nos dias de hoje

Fonte: http://www.descubraminas.com.br/MinasGerais/Pagina.aspx?cod_pgi=1814

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiências ameríndias fundamenta-se a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, especificamente, Língua Portuguesa e Literatura, bem como o advento da

[19] https://www.jusbrasil.com.br/diarios/44060112/al-mg-08-12-2012-pg-35

Lei federal nº 11.645[20]. O intuito pedagógico é levar os alunos a compreenderem a apropriação da linguagem e da cultura como elemento de cidadania e participação social, num contexto de exercício de direitos e deveres políticos, adotando no cotidiano, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdios às injustiças, respeitando o outro e exigindo respeito para si. A linguagem é um instrumento efetivo de participação social, para o qual o letramento é etapa fundamentalmente indispensável. A atividade discursiva implica diretamente em intertextualidade e a diversidade textual resulta em reflexão crítica e participativa através da prática da leitura e da produção da escrita. A linguagem permite a apropriação de diferentes culturas, corroborando para a leitura e do entendimento de mundo e construindo posturas de aceitação, de cuidado e de ética no âmbito da coletividade contemporânea.

As questões étnico-raciais se inserem no contexto pedagógico ao se valorizar a pluralidade cultural posicionando-se contrariamente a qualquer tipo de discriminação baseada nas diferenças socioculturais, classe socioeconômica, crenças espirituais e religiosas, orientação ou condição sexual, etnia e outras características individuais e sociais, confiando na capacidade afetiva, desenvolvimento cognitivo, condição física para agir com perseverança na busca contínua do conhecimento, do compartilhamento e do exercício da cidadania. No Brasil, tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam objetivos, relevantes para esta prática nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

A trajetória do escritor índio trabalhado define o caminho de interpelações pessoais e dimensões sociopolíticas traçado pelos povos indígenas no país nos tempos atuais. São populações que buscam-se autoafirmar e se legitimar frente ao projeto de sociedade vigente. São legalmente reconhecidos quanto aos seus costumes, crenças, línguas, organização social e tradições e os direitos originários sobre a terra ancestral que tradicionalmente ocupam, competindo à União[21] demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. A população ameríndia hoje no Brasil tem o direito de buscar maior

[20] Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

[21] Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, Reservas Indígenas, Terras Dominiais e Interditadas. Fonte: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas

integração, bem como de se manter intacta em sua aldeia, sua arte, sua cultura se assim entender que é a melhor forma de preservação. Da mesma forma como os descendentes dos africanos lutam hoje por seu lugar digno na sociedade brasileira, os indígenas também o fazem. Algumas leis garantem seus direitos, mas precisam de muita luta e conscientização de toda a população para serem implantadas. E a educação básica tem muito a contribuir neste sentido. Afrodescendentes e ameríndios são belos (estética) e bons (ética) e esta riqueza e diversidade cultural deve ser evidenciada na construção de um novo Brasil, com suas múltiplas pluralidades, muitas brasilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sandy Anne Czoupinski de. **HISTÓRIAS DE ÍNDIO, DE DANIEL MUNDURUKU, E WILL'S GARDEN, DE LEE MARACLE: Afirmando a Identidade Indígena pela Literatura** Monografia – Letras. Ciências Humanas, Letras e Artes/Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008

BELLINGHAUSEN, Ingrid Biesemeyer. **Histórias encantadas indígenas.** Belo Horizonte, Editora RHJ, 2011, 24 p.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa.** 11.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

DINELLY, Francinely P. **Ensino de Arte no Brasil: uma análise dos conteúdos do Ensino Fundamental.** Disponível em http://www.arcos.org.br/artigos/ensino-de-arte-no-brasil-uma-analise-dos-conteudos-do-ensino-fundamental/. Acesso em 21 Set. 2018.

FEIST, Hildegard. **Pequena viagem pelo mundo da arte.** São Paulo: Moderna, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Índio é queimado por estudantes no DF.** São Paulo, 21 de abril de 1997. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff210401.htm. Acesso em 21 Set. 2018.

FREITAS, Joselaine Borgo Fernandes de. **"Arte é conhecimento, é construção, é expressão".** In: Revista Digital Art. &. Ano III, Número 03, Abril de 2005. ISSN 1806-2962. Disponível em: http://www.revista.art.br/site-numero-03/trabalhos/09.htm. Acesso em 21 Set. 2018.

INSTITUTO PEDAGÓGICO DE MINAS GERAIS – IPEMIG. **Ética na Educação (Material Didático - Especialização em Alfabetização e Letramento).** Belo Horizonte: Faculdade Nova Ateneu, 2010.

LANA, Tamara Angélica Félix. **TRABALHANDO AS QUESTÕES AMERÍNDIAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: relato de experiências da Escola Municipal Prefeito Aminthas de Barros, Belo Horizonte – MG**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Educação, 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf. Acesso em 21 Set. 2018.

MUNDURUKU, Daniel. **História de Índio.** Ilustração: Laura Beatriz. São Paulo: Editora Companhia das Letrinhas, 1996.

MUNDURUKU, Daniel. **Um estranho sonho de Futuro: casos de índio.** São Paulo: FTD, 2004

MUNDURUKU, Daniel. **Caçadores de aventuras.** Ilustrações Inez Martins. São Paulo: Editora Caramelo, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. **Outras tantas histórias indígenas de Origem das Coisas e do Universo.** Ilustrações Mauricio Negro. São Paulo: Global, 2008.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Verbete da palavra Arte.** Disponível em https://dicionariodoaurelio.com/arte. Acesso em 21 Set. 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição Federal. 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 21 Set. 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 21 Set. 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei federal nº 11.645 -** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 21 Set. 2018.

ROCHA, Zeferino. **ÉTICA, CULTURA E CRISE ÉTICA DE NOSSOS DIAS**. Disponível em http://www.unicap.br/neal/artigos/ProfZeferinoRocha.pdf. Acesso em 21 Set. 2018.

SITE BELO HORIZONTE. **Ruas Índias.** Disponível em http://belohorizonte.mg.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/ruas-indias. Acesso em 21 Set. 2018.